

PROCESSO LICITATÓRIO N. 1/2020
EDITAL DE PREGÃO N. 1/2020
Exclusivo para ME / EPP – LC 147/2014

ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES:

Dia 22 de janeiro de 2020, às 14h00

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, Estado de Santa Catarina, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação pública, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, sob a forma de **REGISTRO DE PREÇOS**, que será regida pela Lei n. 10.520, de 17.07.2002, pelo Decreto Federal n. 3.931, de 19.09.2001, alterado pelo Decreto n. 4.342/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21.06.93 e, Decreto Municipal n. 171/2007, de 28/12/2007, para **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA UTILIZAÇÃO NA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, conforme Anexo I do presente Edital, a realizar-se, na data e horário retro mencionado, na sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Água Doce, situado na Praça João Macagnan n. 322, Centro, Água Doce – SC, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente naquela data.

O presente Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Água Doce, no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

No dia **22 de janeiro de 2020, às 14h00** deverão ser entregues pelo representante legal da empresa, no local acima indicado, 02 (dois) envelopes lacrados, sendo um de proposta de preços e o outro da documentação, contendo na parte externa, além da identificação do licitante, com razão social, endereço, telefone e fax, os dizeres:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ENVELOPE 01 - PROPOSTA COMERCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO N. 1/2020
PREGÃO PRESENCIAL N. 1/2020

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ENVELOPE 02 – DOCUMENTAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 1/2020
PREGÃO PRESENCIAL N. 1/2020

1 - DO OBJETO:

- 1.1. A presente licitação tem por objeto **O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA UTILIZAÇÃO NA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, conforme quantitativos estimados no Anexo I do presente Edital.
 - 1.1.1. **Conforme os incisos I e III do art. 48 da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, este Pregão é destinado exclusivamente à participação de microempresa e empresa de pequeno porte.**
- 1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.
- 1.3. Integram este Edital, independente de transcrição, os seguintes Anexos:
 - a) **ANEXO I – Termo de Referência;**

- b) **ANEXO II** – Relação de Itens e Preços Máximos;
- c) **ANEXO III** – Modelo de Termo de Credenciamento;
- d) **ANEXO IV** – Modelo de declaração de que cumpre os requisitos de habilitação;
- e) **ANEXO V** – Modelo de Proposta de Preço;
- f) **ANEXO VI** – Modelo de declaração de que os documentos que compõe o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimentos de suas condições;
- g) **ANEXO VII** – Modelo de declaração de que não se encontra declarada inidônea;
- h) **ANEXO VIII** – Modelo de declaração de que não emprega servidores público em seu quadro de pessoal;
- i) **ANEXO IX** – Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação;
- j) **ANEXO X** – Modelo de declaração em cumprimento ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República;
- k) **ANEXO XI** – Ata de registro de preço;
- l) **ANEXO XII** – Minuta do Contrato.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que comprovarem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no Capítulo 6 – DA HABILITAÇÃO.

2.2. Não poderão participar as empresas que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, bem como, as empresas declaradas inidôneas e as suspensas de licitar e contratar com este Órgão, e, ainda, servidores desta Prefeitura Municipal, na forma do art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/93.

2.3 – As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte que desejarem usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar n. 147/2014, de 07 de agosto de 2014, no presente certame, deverão apresentar certidão simplificada emitida pela junta comercial, fora de qualquer envelope, juntamente com a Carta de Credenciamento. Caso a validade da certidão nos conste no documento, este será considerado por 90 dias contados a partir de sua emissão.

2.4. A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e Lei Complementar n. 147/2014, caracterizará o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da Sanção Administrativa prevista no item 18 deste Edital.

3 – DO CREDENCIAMENTO:

3.1. No dia, hora e local designados para entrega dos envelopes, cada licitante, far-se-á, representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada, e somente estes terão poderes para formulação de lances, ofertas, e demais atos inerentes ao certame. **Deverá ser apresentada declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme modelo no Anexo IV, no ato do credenciamento.** Se o licitante não enviar representante à licitação, deverá, sob pena de desclassificação, enviar em envelope separado, declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, até às **14h00 do dia 22 de janeiro de 2020**, na Prefeitura Municipal de Água Doce, Santa Catarina.

3.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou particular de procuração, ou, ainda, por Termo de Credenciamento, na forma do Anexo III deste Edital, com firma reconhecida, os quais deverão conter poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, e deverão vir acompanhados de cópia do estatuto ou contrato social da empresa.

3.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura.

3.4. Os documentos acima mencionados poderão ser apresentados em cópias simples acompanhadas dos originais para autenticação por servidor do Município designado ou em cópias autenticadas por cartório competente. Não serão aceitas cópias ilegíveis.

3.5. No ato da entrega dos envelopes o representante identificar-se-á exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

3.6. Se a empresa licitante não enviar representante à licitação, deverá sob pena de desclassificação, enviar em envelope separado, declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, até às **14h00 do dia 22 de janeiro de 2020**, na Prefeitura Municipal de Água Doce -SC, Departamento de Licitações, sita à Praça João Macagnan, n. 322, Água Doce – SC, CEP 89.654-000.

3.7. Os documentos enumerados neste parágrafo único deverão ser entregues em separado do envelope documentação e do envelope proposta.

4 – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 A Ata de Registro de Preço que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, a ser firmada com o licitante vencedor, será formalizada de acordo com o Anexo VI e terá validade de 6 meses, a partir da data de sua publicação.

4.2. A Administração Municipal convocará o licitante vencedor, para assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação.

4.3. Se o licitante vencedor se recusar a assinar o contrato, sem justificativa por escrito, aceita a justificativa pelo Prefeito Municipal serão convocados os demais licitantes a fazê-lo, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

4.4. Durante o prazo de validade do registro de preços o Município de Água Doce/SC, não ficará obrigado a contratar os serviços objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida à legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

4.5. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando o Município de Água Doce/SC, optar pela contratação por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

4.6. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Água Doce/SC.

4.7. Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

4.8. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

4.9. Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

4.10. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá o cancelamento do registro.

5 – DAS PROPOSTAS (Envelope 01):

5.1. A proposta comercial será apresentada em envelope opaco e lacrado, e indicará, obrigatoriamente, que se refere a esta licitação, data e hora da abertura, os preços unitários e globais, permitido no máximo duas casas após a vírgula em algarismo e por extenso, devendo prevalecer, em caso de divergência, o unitário sobre o global, por extenso sobre o algarismo, incluindo, todos os custos, inclusive tributos, sem emendas, rasuras, acréscimos e entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal ou procurador da empresa com poderes para tanto.

5.2. A proposta deverá ser apresentada observadas as disposições do Anexo I – Termo de Referência.

5.3. A proposta deverá conter, também, a indicação do banco, agência e número da conta corrente do licitante, endereço e telefone da empresa, bem como dos números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal.

5.3.1. O CNPJ da proponente deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

5.3.2 A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos referentes à habilitação.

5.4. Não serão aceitas alterações no conteúdo das propostas.

5.4.1 Erros de soma e/ou multiplicação serão corrigidos pelo Pregoeiro.

5.4.2. Ausência de data e/ou rubrica na proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente na sessão pública de abertura dos envelopes contendo a proposta, com poderes para esse fim.

5.5. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital e seus Anexos.

5.6. As propostas terão validade de 210 (duzentos e dez) dias, a contar da data de apresentação das mesmas em sessão. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 210 (duzentos e dez) dias.

5.7. A apresentação da proposta implicará pleno conhecimento e aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6 - DA HABILITAÇÃO (Envelope n. 02):

6.1 – Para participar da presente licitação, os interessados deverão apresentar, dentro do ENVELOPE 02, os documentos a seguir relacionados:

6.1.1 - Habilitação Jurídica:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou
- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- d) Registro do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da administração em exercício, com as alterações; ou
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

Se a empresa apresentou a documentação de habilitação jurídica acima mencionada no credenciamento, não há a necessidade de apresentá-la novamente na documentação de habilitação (envelope 02).

6.1.2 - Regularidade Fiscal:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais/Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União), ou outra equivalente, na forma da Lei;
- b) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRS);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa licitante;

- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.1.3 - Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Obs.: Considerando a implantação do sistema EPROC no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º de abril de 2019, a certidão do modelo “falência e concordata e recuperação judicial” deverá ser solicitada tanto no sistema EPROC quanto no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

6.2. Os Fornecedores cadastrados e os não cadastrados deverão apresentar declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, conforme segue:

- **Declaração** de que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão para Registro de Preço, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará os serviços objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório.
- **Declaração** de que **NÃO SE ENCONTRA DECLARADA INIDÔNEA** para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.
- **Declaração** de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
- **Declaração** de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n. 8.666/93.
- **Declaração** de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição da República e art. 27, V, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (conforme modelo Anexo III).

6.3 – Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro inabilitará o licitante.

7 - DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:

7.1. Na data, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, em ato público, presentes os licitantes e demais pessoas interessadas, o pregoeiro designado, receberá, em envelopes distintos e devidamente fechados, as propostas e os documentos exigidos para habilitação. Os envelopes deverão indicar o número deste pregão e seu conteúdo, na forma estabelecida no preâmbulo deste Edital.

7.2. Os licitantes apresentarão, no ato da entrega dos envelopes (fora dos envelopes), declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no Anexo V.

7.3. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida a verificação da conformidade dessas com os requisitos estabelecidos neste Edital, à exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

7.4. No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo, por item, e o das ofertas com preço de até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

7.5. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas, por item, nas condições definidas no item anterior, poderão os autores

das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem lances verbais e sucessivos, distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.6. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem valores iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances.

7.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada por item, na ordem decrescente de preço, no momento em que for conferida a palavra ao licitante.

7.8. É vedada a oferta de lances com vista ao empate.

7.9. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.10. A apresentação dos lances verbais é facultativa, sendo que a desistência por parte do licitante, quando da convocação pelo pregoeiro, implicará em sua exclusão da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

7.11. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.12. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, de acordo com o menor preço apresentado por item, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da(s) primeira(s) classificada(s), quanto ao valor, decidindo motivadamente a respeito, desclassificando-a(s) se incompatível (is) com os preços praticados no mercado.

7.13. Sendo aceitável(is) a(s) proposta(s) de menor(es) preço(s), o pregoeiro procederá à abertura do(s) envelope(s) contendo os documentos de habilitação do(s) licitante(s) para verificação do atendimento das condições habilitatórias fixadas no item 5 deste Edital e, constatado o atendimento dessas exigências, será(ão) declarado(s) o(s) proponente(s) vencedor(es), sendo-lhe(s) adjudicados os respectivos itens.

7.14. Serão inabilitados os licitantes que não apresentarem situação regular, conforme estabelecido no item 6, deste Edital.

7.15. Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o respectivo item.

7.16. Caso não se realize lances verbais, serão verificados as compatibilidades entre a proposta escrita de menor preço e os preços praticados no mercado.

7.17. Nas situações previstas nos itens 7.13, 7.15 e 7.16 o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente, para que seja obtido preço ainda melhor.

7.18. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

7.19. Não havendo manifestação oportuna de nenhum licitante da intenção de recorrer, o pregoeiro adjudicará o respectivo item ao licitante que tenha atendido a todas as exigências deste Edital e oferecido o menor preço.

7.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes presentes, os lances oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação, devendo a ata ser assinada pelo pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

7.21. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, escoimadas das causas referidas na condição anterior.

7.22. O Pregoeiro poderá durante a etapa de lances definir os parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos; oferecer tempo para o oferecimento dos lances verbais; permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros e suspender a etapa de lances.

8 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1. No julgamento das propostas será adotado o critério do **menor preço por item**, observadas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.2. Havendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, na mesma sessão.

9 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

9.1. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente ato convocatório.

9.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição ou impugnação ao Edital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

10 - DA DESPESA:

10.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das rubricas orçamentárias do orçamento para o exercício de 2020.

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO. DE ENSINO

2.023 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/57 – Aplicações Diretas

02 – DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

2.024 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – Pré

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/83 – Aplicações Diretas

2.066 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – Creche

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/84 – Aplicações Diretas

18 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

01 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

2.075 – Manutenção da Merenda Escolar PNAE – Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/166 – Aplicações Diretas

2.079 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil PNAE – Pré

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/167 – Aplicações Diretas

2.080 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil PNAE – Creche

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/168 – Aplicações Diretas

11 – DO CONTRATO E DO PAGAMENTO:

11.1. Ao critério do Município de Água Doce, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para assinar o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao Edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

11.2. Se o licitante vencedor se recusar a assinar o contrato, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

11.3. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 10 dias após a liquidação da despesa, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente recebida e aceita por Servidor ou Comissão responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no art. 5º da Lei 8.666/93, e

desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela adjudicatária.

11.4. Para fazer *jus* ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura, de acordo com a Nota de Empenho, indicando o serviço realizado, quantidade, preço unitário e preço total.

11.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.6. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), devidamente atualizadas.

11.7. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n. 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n. 306, de 12 de março de 2003.

12 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Água Doce, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não assinar o contrato;
- b) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- d) Não manter a proposta, injustificadamente;
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Cometer fraude fiscal.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, o Município de Água Doce poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor global do respectivo Item;
- c) Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor global do respectivo item.

12.2.1. O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

12.3. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridas, serão cobradas judicialmente.

12.4. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das penalidades previstas nos itens 12.1 e 12.2, alíneas “b” e “c”, e, a penalidade de advertência, prevista no item 12.2, alínea “a”, facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

12.5. Da aplicação da penalidade prevista nos itens 12.1 e 12.2 caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado.

12.6. As sanções previstas no item 12.2, alíneas “b” e “c”, poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste Edital.

12.7. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal, se for o caso.

13 – DOS RECURSOS:

13.1 Ao final da sessão do pregão, o pregoeiro indagará aos licitantes quanto ao interesse em interpor recurso, quando poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese de suas razões, hipótese em que lhes será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos Autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção do licitante em recorrer importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por item, sendo submetido o presente procedimento ao Prefeito Municipal para homologação.

13.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terão efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 03 (três) dias.

13.4. Decididos os recursos, o Prefeito Municipal fará a adjudicação do objeto ao(s) licitante(s) vencedor(es), por item, e homologará o procedimento licitatório.

13.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO:

14.1. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

14.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

14.3. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

14.4. No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente pregão.

15.2. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

15.3. O resultado desta licitação será comunicado aos licitantes no local da reunião, no mesmo dia do julgamento, ou, caso contrário, publicado no Mural Público Municipal.

15.4. É vedada a subcontratação para o fornecimento do objeto desta licitação.

15.5. Em caso de discrepância entre os Anexos e o Edital, prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

15.6. Os litígios decorrentes deste procedimento licitatório serão dirimidos no Foro da Comarca Joaçaba - SC.

Água Doce, SC, 09 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

Visto pela Assessoria Jurídica
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT
OAB/SC n. 28.339

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

I – DO OBJETO:

1.1. Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para utilização na merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, durante o 1º semestre de 2020.

II – DOS ITENS E SUAS RESPECTIVAS QUANTIDADES:

2.1. Os produtos, as quantidades e preços **máximos** a serem pagos pelo Município, são os constantes em Anexo II do presente Edital.

2.2. Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os materiais necessários para a instalação, além de todas as despesas para sua execução, como tributos e demais despesas intrínsecas à prestação do serviço descrito.

2.3. Os HORTIFRUTIGRANJEIROS produtos de origem vegetal (frutas, legumes e verduras) são definidos como alimentos perecíveis, pois não se conservam por longo período de tempo. Desta forma, as características desses produtos devem ser consideradas tais como: de 1ª qualidade, in natura, tamanho e coloração uniforme, polpa firme, livres de sujidades, parasitas, larvas, resíduo de fertilizante, acondicionadas em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intacto.

2.4. As ESPECIARIAS são diversos produtos de origem vegetal como, sementes, frutas, flores, cascas e raízes de plantas. Livres de sujidades, parasitas, larvas, resíduo de fertilizantes, acondicionadas em sacos de poetileno, transparente, atóxico e intacto.

2.5. As CARNES alimentos de origem animal, embalados em saco plástico de polietileno, atóxico, intacto, com rotulo ou etiqueta que identifique: categoria do produto, prazo de validade, carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), SISE (Serviço de Inspeção Estadual) ou SIM (Serviço de Inspeção Municipal). 3.5.1 Carne Bovina: vermelha. Brilhante ou púrpura, congelada até - 12°C resfriada 0° a 7°C; 3.5.2 Carne Suína: Rosada, congelada até -12°C resfriada 0° a 4°C. 3.5.3 Carne de Carneiro: Marrom clara, congelada até - 12°C resfriada 0° a 7°C; 3.5.4 Ave (frango): amarelo-rosado, congelada até -12°C resfriada 0° a 4°C; 3.5.5 Peixe: de rio, tamanho mínimo de acordo com a legislação vigente (IBAMA), de cativeiro dispensa tamanho mínimo, temperatura de congelamento até - 12°C, de resfriamento 0 a 2°C 3.6 De acordo com a Legislação Brasileira para Rotulagem Geral de Alimentos e Bebidas Embalados - RDC 259/02 Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde - ANVISA/MS - as informações abaixo são obrigatórias nas embalagens de alimentos.

2.6. Quando da entrega dos produtos serão efetuados testes de aceitabilidade, feito pelo fiscal de cada secretaria solicitante.

III – DO FORNECIMENTO:

3.1. Os produtos deverão ser entregues com base na descrição de cada item, conforme necessidade e solicitação prévia, acompanhada de autorização de fornecimento, e deverá ocorrer em até 48 horas após solicitação. O local para entrega será o indicado na autorização de fornecimento.

3.2. Os produtos que tenham prazo de validade somente serão recebidos se estiverem em conformidade com o prazo de validade remanescente não inferior a 6 (seis) meses.

3.3. **Dos Prazos e Vigência** – O presente registro de preço passa a ter início no ato da assinatura do Ata de Registro de Preço e terá duração de até 6 meses, ou quando a quantidade terminar, o que expirar primeiro.

3.4. O Município se reserva o direito de adquirir parte dos produtos licitados.

IV – DO DOCUMENTO FISCAL:

4.1. A Contratada deverá apresentar junto ao Setor de Compras, Nota Fiscal da própria empresa, a qual será encaminhada para pagamento após o recebimento e o aceite.

V – LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS:

5.1. Os produtos deverão ser entregues de acordo com o solicitado pela contratante, nos locais indicados na autorização de fornecimento.

VI – RECEBIMENTO E ACEITE DO PRODUTO:

6.1. A forma de recebimento e aceite dos produtos estará regida de acordo a Lei n. 8.666/93.

6.2. Os serviços serão solicitados parceladamente, conforme a necessidade da Administração Pública Municipal, que informará ao fornecedor os locais para execução.

ANEXO II

RELAÇÃO DE PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO N. 1/2020

PREGÃO PRESENCIAL N. 1/2020

ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	QTDE.	R\$ UNIT.	TOTAL
1.	ABACAXI PÉROLA: de 1ª qualidade, tamanho grande, cor e formação uniforme, com polpa intacta e firme, com grau de maturação intermediário.	UN	350	R\$ 6,28	R\$ 2.198,00
2.	ABOBRINHA VERDE: tamanho pequeno, de 1ª qualidade, sem danos na casca, produto fresco, não poderá estar murcha.	KG	100	R\$ 2,43	R\$ 243,00
3.	ABACATE: de 1ª qualidade, tamanho médio, cor e formação uniformes, com polpa intacta e firme, sem danos na casca.	KG	60	R\$ 9,00	R\$ 540,00
4.	ACHOCOLATADO EM PÓ, em latas de 400 gramas. Ingredientes: Açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais (carbonato de cálcio E pirofosfato férrico) vitaminas (l-acido ascórbico, niacinamida, Ribofflavina, acetato de retinila, cloridrato de piridoxina, Colecalciferol e cianocobalamina), emulsificante, lecitina de Soja e aromatizante.	LATA	300	R\$ 6,04	R\$ 1.812,00
5.	ACUCAR CRISTAL de primeira qualidade, procedência nacional, acondicionado em embalagem plástica atóxica, hermeticamente fechada, resistente. O produto deverá ser isento de mofo, fermentação, odores estanhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 05 kg.	PCT	170	R\$ 11,82	R\$ 2.009,40
6.	ALHO: de 1ª qualidade, fresco, não deverá apresentar problemas com coloração não característica, não deverá estar machucado, perfurado ou murcho.	KG	40	R\$ 20,64	R\$ 825,60
7.	AMIDO DE MILHO acondicionado em embalagem plástica atóxica, hermeticamente fechada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 01 kg.	PCT	80	R\$ 6,12	R\$ 489,60
8.	ARROZ QUEBRADINHO, isento de sujidades, materiais estranhos e mofos. Validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade. Pacote de 1 Kg.	PCT	65	R\$ 2,99	R\$ 194,35

9.	ARROZ TIPO PARBOILIZADO tipo 1, longo fino, constituídos de grãos inteiros, isento de sujidades, odores estranhos e substancias nocivas. Acondicionado em embalagem plástica atóxica, incolor, hermeticamente fechada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 05 kg.	PCT	200	R\$ 17,15	R\$ 3.430,00
10.	ARROZ PARBOILIZADO INTEGRAL: O produto não deve apresentar mofo, substâncias nocivas como pedras, carunchos e cheiro forte. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno, transparente, atóxico. Prazo de validade mínimo: 6 meses a partir da data de entrega.	KG	180	R\$ 3,99	R\$ 718,20
11.	AVEIA EM FLOCOS FINOS. Rica em fibras e proteínas. Prazo de validade mínimo de 6 meses. Embalagem de 250g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	UN	100	R\$ 3,87	R\$ 387,00
12.	AMEIXA SECA SEM CAROÇO: produto acondicionado em embalagens plásticas de 200g. Prazo de validade mínimo: 6 meses a partir da data de entrega.	pct	50	R\$ 8,33	R\$ 416,50
13.	ATUM – ralado, imerso em óleo comestível. Embalagem: em lata com revestimento interno apropriado, vedada, isento de ferrugens e substâncias nocivas. Na embalagem deve conter as seguintes informações: identificação da empresa, peso, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal. Lata de 170 gramas.	Lata	200	R\$ 7,82	R\$ 1.564,00
14.	BANANA CATURRA: de 1ª qualidade, tamanho médio, grau de maturação intermediário (não poderá estar verde e nem muito madura).	KG	2500	R\$ 2,37	R\$ 5.925,00
15.	BATATA INGLESA LAVADA, nova, de 1ª qualidade, tamanho grande, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes; isenta de sujidades, parasitas e larvas; acondicionadas em embalagem transparente e resistente.	KG	150	R\$ 2,76	R\$ 414,00
16.	BETERRABA: de 1ª qualidade, tamanho médio, com casca sadia, sem rachaduras ou cortes. Não deverá estar murcha e com sinais de mofo.	kg	150	R\$ 2,70	R\$ 405,00
17.	BISCOITO DE LEITE: produto acondicionado em pacotes de 370 a 400 g. A embalagem deve estar intacta e o produto inteiro. O produto deve ser de primeira qualidade, ser crocante e ter sabor adequado. Prazo de validade mínimo: 6 meses a partir da data de entrega.	PCT	400	R\$ 3,95	R\$ 1.580,00
18.	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA: rosquinhas nos sabores milho com erva doce, chocolate, coco, leite, laranja e milho verde. Embalagem plástica, contendo de 300 a 400 g. O produto deve ser de primeira qualidade, ser crocante e ter sabor adequado. Prazo de validade mínimo: 6 meses a partir da data de entrega.	PCT	700	R\$ 3,86	R\$ 2.702,00
19.	BISCOITO DOCE (SEM LACTOSE) – Nenhum ingrediente poderá conter lactose. Embalagem 200	PCT	60	R\$ 5,24	R\$ 314,40

	gramas				
20.	BISCOITO SALGADO INTEGRAL - produzido a partir de matérias primas sãs e limpas, sem corante ,consistência crocante, sem quebras, sem recheio, sem cobertura, não serão aceitos produtos murchos. Em embalagem primária de polietileno transparente, impermeáveis e lacrados. Validade de 06 meses a partir da data de entrega do produto. De 400 g.	PCT	500	R\$ 5,27	R\$ 2.635,00
21.	BISCOITO POLVILHO. isento de glúten, formato tipo argola, embalado em sacos plásticos transparente resistentes, pesando 300 gramas. 90% do produto deve estar com suas características físicas intactas (não quebrados). No seu rótulo deverá conter informação nutricional por porção, sobre glúten, ingredientes, data de fabricação, validade e lote. Produtos DE FABRICAÇÃO PRÓPRIA deverão apresentar ficha técnica, assinada pelo responsável técnico e deverão estar de acordo com o PIQ estabelecido para o produto. Mínimo 90g.	PCT	600	R\$ 4,82	R\$ 2.892,00
22.	BOLACHÃO DE MEL COM CALDA DE GLACÊ: produto acondicionado em pacotes de 350 g a 1,3 kg. A embalagem deve estar intacta e o produto inteiro. O produto deve ser macio e de sabor característico. Prazo de validade mínimo: 6 meses a partir da data de entrega.	KG	400	R\$ 6,98	R\$ 2.792,00
23.	BRÓCOLIS: de 1ª qualidade, tamanho médio, firme, intacto, não poderá estar murcho ou com partes estragadas, coloração uniforme, sem manchas e insetos.	UN	200	R\$ 3,64	R\$ 728,00
24.	CREME DE LEITE: produto acondicionado em caixas de 200 g. A embalagem não deve estar amassada ou estufada. Prazo de validade mínimo: 6 meses a partir da data de entrega.	UND	250	R\$ 2,31	R\$ 577,50
25.	CAFE SOLÚVEL GRANULADO, grãos selecionados, torrados em suspensão que proporciona, mas aroma e sabor ao café, acondicionado, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto, selo de pureza ABIC. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem 200 gramas.	UN	200	R\$ 11,16	R\$ 2.232,00
26.	CANJQUINHA DE MILHO (QUIRERA) - Embalagem: deve estar intacta, acondicionadas em pacotes de polietileno transparente bem vedado, embalagem de 500 g. Data de fabricação: 30 dias. Prazo de validade: mínimo 6 meses.	PCT	120	R\$ 2,24	R\$ 268,80
27.	CANJICA BRANCA - Embalagem: deve estar intacta, acondicionadas em pacotes de polietileno transparente bem vedado, embalagem de 500 g. Data de fabricação: 30 dias. Prazo de validade: mínimo 6 meses.	PCT	120	R\$ 3,49	R\$ 418,80
28.	CANELA EM RAMA. Produto íntegro, com características adequadas para o consumo. Embalagem contendo 10g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	UN	20	R\$ 1,29	R\$ 25,80

29.	CEREAL MATINAL - Sabor natural milho. Apresentando-se como flocos de milho açucarados. Flocos ligeiramente vitrificados, marrom dourado, recoberto por leve crosta branca, levemente doce maltado e textura crocante. Isento de mofo, substâncias nocivas, odores ou sabor diferentes da sua composição normal. No rótulo deverá constar a denominação do produto de acordo com a sua designação e classificação. Rotulagem nutricional Obrigatória. Embalagem em pacotes de plástico resistente de 1 kg cada.	PCT	170	R\$ 15,20	R\$ 2.584,00
30.	CENOURA: de 1ª qualidade, tamanho médio, coloração uniforme, com casca sadia, não deve apresentar rachaduras ou cortes na casca.	kg	100	R\$ 2,60	R\$ 260,00
31.	CARNE BOVINA DE 1a, COXÃO MOLE EM CUBOS, sem osso, e nervos, magra, isenta de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. Acondicionadas em embalagem plástica, transparente, flexível, atóxica e resistente, contendo na embalagem identificação da empresa, identificação da categoria e tipo de carne, data de fabricação e prazo de validade de 06 meses.	KG	660	R\$ 25,19	R\$ 16.625,40
32.	CARNE BOVINA MOIDA DE PRIMEIRA, (resfriada em embalagens de 01 a 02 quilos), com no máximo 5% de gordura, sem cartilagem e ossos, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas, acondicionada em embalagem plástica, transparente, flexível, atóxica e resistente, contendo na embalagem identificação da empresa, identificação da categoria e tipo de carne, data de fabricação e prazo de validade de 06 meses.	KG	900	R\$ 21,62	R\$ 19.458,00
33.	CARNE SUÍNA, fresca (pernil sem osso), isenta de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos. em pacote de 1 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade, produto e marca/procedência. Validade de no mínimo 3 meses contados a partir da data de entrega.	KG	400	R\$ 11,67	R\$ 4.668,00
34.	CARNE DE FRANGO (COXA E SOBRE COXA), apresentar-se congeladas, livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, odor e sabor próprios em porções individuais em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	KG	1400	R\$ 7,99	R\$ 11.186,00
35.	CARNE DE FRANGO (FILÉ) apresentar-se congeladas, livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, odor e sabor próprios em porções individuais em saco plástico transparente e	KG	440	R\$ 11,99	R\$ 5.275,60

	atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.				
36.	CEBOLA: de 1ª qualidade, tamanho médio, com casca sadia, sem nenhuma lesão, firme e não murcha.	KG	350	R\$ 2,88	R\$ 1.008,00
37.	CHÁ acondicionado em envelope individual, tipo sache, de papel impermeável, com vedações mecânicas (selagem), embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Peso aproximado por sache 10g. Sabores: Erva doce, frutas vermelhas, cidreira, hortelã, maçã, endro, abacaxi.	CX	300	R\$ 2,67	R\$ 801,00
38.	COUVE-FLOR: de 1ª qualidade, tamanho médio, firme, intacta, não poderá estar murcha ou com partes estragadas, coloração uniforme, sem manchas e insetos.	UND	200	R\$ 3,98	R\$ 796,00
39.	COLORAU EM PÓ FINO, homogêneo, obtido de frutos maduros de urucum, limpos, dessecados e moídos, de coloração amarela, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos, e a sua espécie, acondicionado em saco plástico transparente e atóxico. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade. Pacote com 01 kg	PCT	30	R\$ 6,40	R\$ 192,00
40.	CRAVO DA INDIA embalagem de 10g. Validade mínima de 6 meses a partir da entrega	UN	30	R\$ 1,70	R\$ 51,00
41.	DOCE DE LEITE: Doce de leite pastoso em potes plásticos com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção. Deve ser feito a partir de leite e não de soro de leite, não deve conter amido na composição. Prazo de validade mínimo: 6 meses a partir da data de entrega. Embalagem com 900 gramas.	UN	150	R\$ 10,64	R\$ 1.596,00
42.	ERVILHA VERDE CONGELADA - Características: sabor, aroma e textura próprios, 100% natural. Congelado a -18°C. Embalagem de polietileno contendo 300g e as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	PCT	60	R\$ 5,22	R\$ 313,20
43.	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO isentos de peles e sementes, sem aditivo ou conservante, acondicionado em lata sem ferrugem e/ou sem amassados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem de 340g.	UN	600	R\$ 2,42	R\$ 1.452,00
44.	ESSÊNCIA DE BAUNILHA 30 ml contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade, com registro do Ministério da Saúde, obedecendo à resolução 12/78 da CNNPA	UND	20	R\$ 3,41	R\$ 68,20
45.	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL TRADICIONAL TIPO	PCT	100	R\$ 10,05	R\$ 1.005,00

	I: Enriquecida com ferro e ácido fólico, de cor branca. Deverá estar em perfeito estado de conservação. Não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, nem apresentar grumos, resíduos ou impurezas. Embalagem: atóxica, deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5 kg. Prazo de validade mínimo: 6 meses a partir da data de entrega.				
46.	FARINHA DE MILHO AMARELA FINA TIPO FUBÁ – Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem do produto deve conter registro da data de fabricação, peso e validade estampada no rótulo da embalagem, Pacote de 1 kg.	KG	250	R\$ 2,58	R\$ 645,00
47.	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA - De primeira qualidade, grossa, sem glúten. Embalagem de 1 kg.	PCT	150	R\$ 6,38	R\$ 957,00
48.	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ: produto acondicionado em embalagens intactas de 250 g. Prazo de validade mínimo: 6 meses a partir da data de entrega	UN	60	R\$ 5,38	R\$ 322,80
49.	GRANOLA: composta de cereais adoçados contendo frutas secas e oleaginosas. Embalagem: deve estar intacta, bem vedada. Prazo de validade mínimo: 5 meses a partir da data de entrega.	Kg	60	R\$ 19,47	R\$ 1.168,20
50.	PÓ PARA GELATINA - Com pouco açúcar. Fabricada com tecnologia adequada, aspecto, cor e cheiro característico. Isentos de sujidades. A embalagem deverá conter dados de informação nutricional, quantidade do produto. Embalagem de até 1 kg. Diluição mínima de 5 litros. Sabores: uva, morango, abacaxi, pêssego e limão. Prazo de validade mínimo de 6 meses e data de fabricação.	PCT	80	R\$ 8,98	R\$ 718,40
51.	IOGURTE ZERO LACTOSE, para dietas com restrição de lactose, contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 30 dias, isento de mofo, odores estranhos, e substâncias nocivas, de 850 ml.	UN	100	R\$ 9,48	R\$ 948,00
52.	KIWI: de 1ª qualidade, devendo ser bem desenvolvido, com polpa intacta e firme, sem danos na casca. Grau de maturação intermediário.	Kg	30	R\$ 12,16	R\$ 364,80
53.	LARANJA, madura, frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução, no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniformes, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas.	kg	1000	R\$ 2,87	R\$ 2.870,00
54.	LEITE DE VACA EM PÓ PASTEURIZADO, embalagem de 400g. Ingredientes: leite integral, vitaminas (A, D e C) e minerais. Embalagem deve conter informações quanto á: data de fabricação, prazo de validade, composição nutricional e registro no órgão competente (SIF).	PCTE	1400	R\$ 10,64	R\$ 14.896,00
55.	LEITE UHT INTEGRAL, em embalagem Tetra Pak, de 01 litro, contendo data de fabricação e prazo de validade, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas.	UN	80	R\$ 2,94	R\$ 235,20
56.	LEITE UHT SEMIDESNATADO – ZERO LACTOSE, para dietas com restrição de lactose de 1 litro, contendo data de fabricação, e prazo de validade, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas.	LT	150	R\$ 4,39	R\$ 658,50
57.	LENTILHA, constituídos de grãos inteiros, isento de	Pct	120	R\$ 5,12	R\$ 614,40

	sujidades, odores estranhos e substancias nocivas. Acondicionado em embalagem plástica atóxica, incolor, hermeticamente fechada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 0,500 gramas.				
58.	LINGUIÇA FRESCA, de pernil suino. Deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterar os aspectos normais do produto ou qualquer aparato que venha encobrir possíveis alterações. Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos. em pacote de 1 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade, produto e marca/procedência. Validade de no mínimo 3 meses contados a partir da data de entrega.	kg	450	R\$ 10,20	R\$ 4.590,00
59.	MAÇA GALA OU FUGI: frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras e com brilho, isento de sujidades, odores estranhos e substancias nocivas.	KG	1200	R\$ 5,55	R\$ 6.660,00
60.	MAÇA ARGENTINA: de 1ª qualidade, com casca sadia e sem batidas. Não poderá estar murcha.	kg	50	R\$ 9,62	R\$ 481,00
61.	MAMÃO FORMOSA: de 1ª qualidade, com casca sadia, sem batidas, danos ou partes estragadas. Tamanho médio e grau de maturação intermediário.	KG	1000	R\$ 3,99	R\$ 3.990,00
62.	MARACUJÁ: de 1ª qualidade, com casca sadia, sem partes estragadas ou mofadas. Tamanho médio e grau de maturação intermediário.	KG	60	R\$ 10,50	R\$ 630,00
63.	MANGA: de 1ª qualidade, tamanho grande, com polpa intacta e firme, sem danos e manchas na casca. Grau de maturação intermediário.	KG	80	R\$ 4,34	R\$ 347,20
64.	MELANCIA: de 1ª qualidade, com casca sadia, peso médio entre 10 e 12 kg.	KG	400	R\$ 1,98	R\$ 792,00
65.	MELÃO – Selecionado, de cor amarela, frutos de boa qualidade, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras e com brilho. livre de sujidades, parasitas e larvas.	KG	700	R\$ 3,87	R\$ 2.709,00
66.	CREME VEGETAL, com sal, emulsão de água e óleos vegetais, não possui leite e seus derivados em sua composição. Informação nutricional, zero gordura Trans, embalagem de 500 gramas.	UN	200	R\$ 5,49	R\$ 1.098,00
67.	MASSA COM OVOS - CABELO DE ANJO, LETRINHAS E CONCHINHA, isento de sujidades, odores estranhos e substancias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 500 gramas.	PCT	160	R\$ 3,93	R\$ 628,80
68.	MILHO VERDE CONGELADO - Características: sabor, aroma e textura próprios, 100% natural. Congelado a -18°C. Embalagem de polietileno contendo 300 g e as	PCT	200	R\$ 5,14	R\$ 1.028,00

	seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais				
69.	MINGAU PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL (ARROZ, MILHO, AVEIA OU MULTICEREAIS). Cereal infantil, fonte de vitaminas e minerais. Acondicionado em sachês de 200 a 230 g. Prazo de validade mínimo: 5 meses a partir da data de entrega.	pct	25	R\$ 8,34	R\$ 208,50
70.	MACARRÃO ESPAGUETTI, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 500 gramas.	PCT	120	R\$ 3,24	R\$ 388,80
71.	MACARRÃO TRICOLOR PARAFUSO. Composto de Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos pasteurizados, espinafre e tomate desidratados, corantes naturais urucum e cúrcuma. Embalagem de plástico atóxico, com 500g. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega	PCT	120	R\$ 3,74	R\$ 448,80
72.	MACARRÃO GRAVATINHA: massa com ovos tipo gravatinha. Produto de primeira qualidade, que ofereça cozimento e rendimento adequado. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo: 6 meses a partir da data de entrega.	PCT	200	R\$ 4,78	R\$ 956,00
73.	MASSA PARA LASANHA. Seca. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com Ferro e ácido fólico (vitamina b9) e corantes naturais (urucum e cúrcuma). Em embalagens de 500g.	UN	150	R\$ 9,95	R\$ 1.492,50
74.	OLEO DE SOJA, LITRO COM 900ML, de primeira qualidade, 100% natural, comestível, extrato refinado, limpo, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 900 ml.	UN	450	R\$ 3,98	R\$ 1.791,00
75.	ORÉGANO: produto acondicionado em embalagens plásticas intactas. O produto deve estar seco, livre de umidade. Prazo de validade mínimo: 6 meses a partir da data de entrega. Pacote com 100g.	PCT	30	R\$ 3,29	R\$ 98,70
76.	PAO – FATIADO, acondicionado em embalagem plástica atóxica, fechada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto.	PCT	250	R\$ 7,75	R\$ 1.937,50
77.	PAO FRANCES, de boa qualidade, macio e fresco.	KG	200	R\$ 8,70	R\$ 1.740,00
78.	PÊRA WILLIANS: de 1ª qualidade, com casca sadia, sem batidas, danos ou partes estragadas. Tamanho médio e grau de maturação intermediário.	Kg	30	R\$ 9,60	R\$ 288,00
79.	PEPINO: de 1ª qualidade, tamanho médio a pequeno, com casca sadia e sem partes estragadas. Não poderá estar murcho	Kg	250	R\$ 2,32	R\$ 580,00
80.	POLVILHO DOCE/AZEDO: o produto não deve	KG	60	R\$ 5,85	R\$ 351,00

	apresentar umidade, resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve ser de sacos plásticos e deve estar intacta. Prazo de validade mínimo: 6 meses a partir da data de entrega				
81.	REQUEIJÃO CREMOSO: produto refrigerado, acondicionado em potes plásticos de 180 a 200 g. Não deverá conter amido na composição. Prazo de validade mínimo: 3 meses a partir da data de entrega.	UND.	250	R\$ 5,47	R\$ 1.367,50
82.	SAGU, contendo fécula de batata, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número o lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 500g.	PCT	200	R\$ 4,46	R\$ 892,00
83.	SAL REFINADO – IODADO DE 1 KG.	KG	120	R\$ 2,03	R\$ 243,60
84.	SUCO NATURAL CONCENTRADO - Sabor 100% natural da fruta, sem corantes e conservantes. Sabores: pêssago, laranja, abacaxi e manga, em embalagem de 500 ml e validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Com armazenamento à temperatura ambiente.	UND	180	R\$ 8,98	R\$ 1.616,40
85.	TOMATE LONGA VIDA: de 1ª qualidade, tamanho médio, cor e formação uniformes, com polpa intacta e firme, sem partes estragadas ou amassadas.	KG	250	R\$ 3,51	R\$ 877,50
86.	VINAGRE DE MACA, acondicionado em embalagem plástica, resistente e transparente de 750 ml, sem corantes e/ou aditivos químico, em perfeitas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	UN	75	R\$ 3,87	R\$ 290,25
87.	VAGEM: de 1ª qualidade, fresca, sem manchas, não poderá estar murcha ou com partes estragadas.	KG	200	R\$ 5,49	R\$ 1.098,00

O total estimado para os serviços é de R\$ 170.095,70 (cento e setenta mil noventa e cinco reais e setenta centavos)

ANEXO III
MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 1/2020
PREGÃO PRESENCIAL N. 1/2020

Por meio do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n. _____ e do CPF n. _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Água Doce, sob o n. 1/2020, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO n. 1/2020**, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas, lances verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do Representante Legal

**ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 1/2020
PREGÃO PRESENCIAL N. 1/2020**

_____ (nome da empresa), CNPJ n._____, sediada na
_____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que cumpre
plenamente os requisitos de habilitação para o presente procedimento licitatório.

_____, _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do Representante Legal

ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 1/2020
PREGÃO PRESENCIAL N. 1/2020

Utilizar, preferencialmente, arquivo para cotação eletrônico (Betha Autocotação)

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

Apresentamos nossa proposta para **O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA UTILIZAÇÃO NA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, conforme quantitativos estimados no Anexo II do presente Edital, objeto da presente licitação, modalidade **Pregão Presencial Para Registro de Preço n. 1/2020** acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Item	Qdade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total do Item
01		Descrever detalhadamente		
02				

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

DECLARAMOS QUE OS ITENS OFERTADOS ATENDEM À TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO EDITAL.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (no mínimo, 210 dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: Entrega em até 48 horas após solicitação / Execução até 31/07/2020.

_____, _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do Representante Legal

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE OS DOCUMENTOS QUE COMPÕE O EDITAL FORAM COLOCADOS A
DISPOSIÇÃO E TOMOU CONHECIMENTO DE SUAS CONDIÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO N. 1/2020
PREGÃO PRESENCIAL N. 1/2020

_____ (nome da empresa), CNPJ N. _____, sediada na
_____ (endereço completo), declara que os documentos que
compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais
e grau de dificuldade dos serviços a serem executados, dando concordância a todas as condições desta Licitação
de Pregão para Registro de Preço, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação,
executará os serviços objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame
licitatório.

_____, _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do Representante Legal

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO SE ENCONTRA DECLARADA INIDÔNEA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 1/2020
PREGÃO PRESENCIAL N. 1/2020

_____ (nome da empresa), CNPJ N. _____, sediada na
_____ (endereço completo), **declara** de que **NÃO SE ENCONTRA**
DECLARADA INIDÔNEA para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e
do Distrito Federal.

_____, _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do Representante Legal

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL SERVIDORES PÚBLICOS
EXERCENDO FUNÇÕES TÉCNICAS, COMERCIAIS, DE GERÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO OU TOMADA DE
DECISÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 1/2020
PREGÃO PRESENCIAL N. 1/2020

_____ (Nome da Empresa), CNPJ N _____ sediada na Rua _____, n _____, bairro, _____, Município _____, CEP _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Presencial nº 1/2020, DECLARA, que não possui em seu quadro de pessoal Servidores Públicos exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art 9º da Lei 8.666/93).

_____, _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do Representante Legal

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 1/2020
PREGÃO PRESENCIAL N. 1/2020

_____ (nome da empresa), CNPJ N._____, sediada na
_____ (endereço completo), **declara**, sob as penas da lei, que até a
presente data **Inexistem Fatos Impeditivos para sua Habilitação** no presente processo licitatório, ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do Representante Legal

ANEXO X
MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 1/2020
PREGÃO PRESENCIAL N. 1/2020

..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a)
..... portador (a) da Carteira de Identidade n. CPF n.
DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de
1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do Representante Legal

ANEXO XI
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.. __/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N. 1/2020
PREGÃO PRESENCIAL N. 1/2020

VALIDADE: até 31/07/2020

Aos dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, o Município de Água Doce, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, situado na Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor **ANTONIO JOSÉ BISSANI**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob número 032.667.619-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 171/2007, de 28 de dezembro de 2007 e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 1/2020, **RESOLVE**: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do Edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto **O REGISTRO DE PREÇOS EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA UTILIZAÇÃO NA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, conforme quantitativos estimados no Anexo II do Edital de Pregão n. 1/2020, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por 6 meses, contados a partir da data da sua publicação.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Água Doce.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Água Doce, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações dos serviços registrados na presente Ata encontram-se indicados no Anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Água Doce, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa se recusar a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 10 dias após a liquidação da despesa, acompanhado da respectiva nota fiscal e, devidamente recebida e aceita por servidor ou comissão responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no art. 5º, da Lei 8.666/93 e, desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela adjudicatária.

7.2. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal, de acordo com a Nota de Empenho, indicando o produto os serviços executados, quantidades, preços unitários e preço total.

7.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

7.4. O prazo para a entrega dos produtos deverá ser em até 48 horas, conforme solicitação do Município de Água Doce - SC.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

8.2. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

8.4. Consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

8.5. Comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

9.1. Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

9.2. Consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias aos itens pretendidos.

9.3. Verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

9.4. Enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

9.5. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1. Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não da prestação de serviços a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

10.2. Prestar os serviços obedecendo rigorosamente ao disposto no Anexo II (Termo de Referência) do Edital do Pregão n. 1/2020.

10.3. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

10.4. Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

10.5. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 1/2020.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos e, será descredenciada no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no referido Edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não assinar o contrato;
- b) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- c) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- d) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Cometer fraude fiscal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor global do respectivo item;
- c) multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor global do respectivo item.

11.3. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridos serão cobradas judicialmente.

11.4. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das penalidades previstas nos itens 11.1 e 11.2, alíneas "b" e "c", e no item 11.2, alínea "a", facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

11.5. Da aplicação da penalidade prevista nos itens 11.1 e 11.2 caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado.

11.6. As sanções previstas no item 11.2, alíneas “b” e “c”, poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste Edital.

11.7. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

12.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

12.3. A presente Ata poderá ainda ser cancelada unilateralmente pelo município a qualquer momento, na decorrência de fato justificado, sem que caiba aos concorrentes direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

13. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

13.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

13.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

14. DA PUBLICIDADE

14.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(es) e a(s) especificação(ões) resumida(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no acompanhamento do processo no site oficial do Município, no endereço: <http://www.aguadoce.sc.gov.br>.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 1/2020, o Edital do Pregão n. 1/2020, as propostas com preços e especificações.

16. DO FORO

16.1. As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

16.2. E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____

Visto pela Assessoria Jurídica
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT
OAB/SC n. 28.339

**ANEXO XII
MINUTA DO CONTRATO**

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 1/2020
PREGÃO PRESENCIAL N. 1/2020**

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua CNPJ n., neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr., brasileiro, casado, portador do CPF n....., doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa estabelecida na Rua -, CNPJ n., neste ato representado por seu Sócio, Senhor, brasileiro,, portador do CPF n..... doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de destinados para, em decorrência do Processo Licitatório n. 1/2020, Modalidade de Pregão Presencial n. 1/2020, data de abertura das propostas, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação, antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I - A presente licitação tem por objetivo a eventual aquisição de gêneros alimentícios para utilização na merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, para o período de até 6 meses da data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I - Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados na Autorização de Fornecimento, conforme a necessidade da Secretaria da Educação, na oportunidade e quantidade solicitada, e que deverá ocorrer em até 48 horas consecutivas após a solicitação feita pelo município, oportunidade em que serão conferidos a qualidade e quantidade.

II - Os proponentes vencedores deverão entregar os produtos conforme a marca e referências cotadas por ocasião da apresentação da proposta, sob pena de motivo justo para a rescisão contratual e aplicação das penalidades constantes na cláusula nona deste Contrato.

IV - Do prazo de Validade dos Produtos - Os produtos perecíveis licitados a serem adquiridos não poderão ter data de fabricação inferior a 30 (trinta) dias quando da data da entrega dos mesmos ao Município.

V - Dos Prazos e Vigência – O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31/07/2020, ou quando a quantidade terminar, o que expirará primeiro.

VI - O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após 31/07/2020 da assinatura, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O preço total ajustado para o fornecimento dos produtos é de R\$ (.....) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada produto é o descrito no demonstrativo a seguir, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 10 dias após o fornecimento dos produtos licitados e apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma, e de acordo com a liberação do convênio pelo Governo Federal, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria, produtos, objeto deste certame licitatório, com os respectivos valores, constantes no demonstrativo abaixo:

Item	Especificação	Apres.	Quant.	Unitário R\$	Total R\$
TOTAL					

II - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste certame licitatório, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada da declaração da Secretária ou responsável pela Escola, constando à quantidade recebida e objeto recebido a cada entrega.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos do Governo Federal e com recursos próprios do Município.

II - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO. DE ENSINO

2.023 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/57 – Aplicações Diretas

02 – DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

2.024 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – Pré

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/83 – Aplicações Diretas

2.066 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – Creche

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/84 – Aplicações Diretas

18 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

01 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
2.075 – Manutenção da Merenda Escolar PNAE – Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/166 – Aplicações Diretas

2.079 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil PNAE – Pré
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/167 – Aplicações Diretas

2.080 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil PNAE – Creche
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/168 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- e) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- a) Advertência;
- a) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- b) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

I – A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;
- II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste Edital;
- III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666/93;
- VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- VII. a dissolução da empresa;
- VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório n. 1/2020 – Pregão Presencial n. 1/2020 – Ata de Registro de Preço n./2020, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, subrogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição da República, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

.....(SC), de de

Prefeito Municipal
Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

.....
Nome:
CPF -

.....
Nome:
CPF -